

NEM SEMPRE FOMOS HUMANOS: A HUMANIDADE COMO DISPOSITIVO COLONIALISTA

BIBIANA SCHERER¹; ÉDIO RANIERE DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelotas – bibianacaye@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – edioraniere@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa problematiza o conceito de Humanidade e suas ligações com políticas e práticas colonialistas. Defendemos que a relação entre humanismo e colonialismo sustenta diversas violências, privilégios e desigualdades na contemporaneidade. Argumentamos que a humanidade é um clube seletivo que não aceita novos sócios (KRENAK, 2020). Um clube que funciona pela exceção, ou seja, que mantém seu motor trabalhando ao colonizar o nosso desejo, ensinando-o a desejar a sua carteirinha. Carteirinha com a qual, dizem, estaríamos seguros, em uma espécie de paraíso, condomínio fechado altamente protegido daqueles que “não deram certo”. Um clube que nos promete direitos, garantias; mas, em contrapartida, nos aprisiona, divide, subjuga e sufoca com o seu poder (FOUCAULT, 1977).

Buscamos mapear quando a humanidade - antes concedida apenas a um seleto grupo de Homens, os cidadãos da *polis* -, passa a ser oferecida como uma natureza e promessa a todos. Quando e como a figura de referência externa do Deus cristão passa a se interiorizar, e a ser reconhecida mais tarde pela psicologia e ciência modernas, como *self*, *cogito*, um eu privado, naturalizado. Em qual momento nosso corpo ficou tão sedimentado, organizado, capturado por esse conceito que nos pensa como excepcionais, a ponta da evolução e do progresso.

Nossa pesquisa, portanto, agênciase a pensadores que não buscam ocupar o lugar do monoteísmo, da monocultura, do monopensamento, mas abrir caminho para que, a partir do vazio deixado pela morte de deus (NIETZSCHE, 2012), possamos inventar novos territórios existenciais, máscaras, narrativas. Experimentar outras formas de existir, habitar, se relacionar, sentir e sonhar, que não as dos colonizadores.

2. METODOLOGIA

O método utilizado ao longo de toda a pesquisa foi o de dramatização (DELEUZE, 2018). Logo, esse método não analisa os conceitos a partir de uma imagem fixa, representacional, mas pergunta por suas forças, intensidades e diferenças. Nesse sentido, ao colocarmos as questões - O que a humanidade *quer* em nós? A *quem* esse conceito serviu e vem servindo? - buscamos mapear as suas forças, seus conflitos e acontecimentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antônio Bispo dos Santos nos ajuda a pensar uma gênese da humanidade no livro de Gênesis:

Então disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. **Domine** [grifo nosso] ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão” (...) “Sejam

férteis e multipliquem-se! Encham e **subjuguem a terra!** [grifo nosso] **Dominem** [grifo nosso] sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". Disse Deus: "Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes.

O monoteísmo cria uma hierarquia entre o Homem e o restante da natureza. Nesse pensamento, o Homem possui o direito de dominar, escravizar e subjugar todos aqueles que não são sua imagem e semelhança, uma vez que Deus lhe concedeu esse direito. A essa pretensão de superioridade, chamaremos, agenciados a Donna Haraway, Anne Sauvagnargues e Vinciane Despret, de excepcionalismo humano.

Esse mesmo excepcionalismo está na base de todo o pensamento ocidental. Aprendemos, desde muito cedo, que o Homem é um animal político. Aristóteles, em seu livro *Política*, escreve o seguinte:

É evidente que o Estado é uma criação da natureza, e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano. (ARISTÓTELES, 1999, p. 146)

O pensador continua:

O homem é superior e a mulher inferior, o primeiro manda e a segunda obedece; esse princípio, necessariamente, estende-se a toda humanidade. Portanto, onde houver essa mesma diferença que há entre alma e corpo, ou entre homens e animais (como no caso dos que têm como único recurso usar o próprio corpo, não sabendo fazer nada melhor), a casta inferior será escrava por natureza, e é melhor para os inferiores estar sob domínio de um senhor. (...) Os animais inferiores não concebem a razão, obedecem a paixões. Sem dúvida, o uso dos escravos e dos animais domésticos não é muito diferente, uma vez que em ambos o corpo atende às necessidades da vida (ARISTÓTELES, 1999, pp. 150-151).

Na faculdade de Psicologia, voltamos a aprender que fazer Psicologia é fazer política, é lutar pelos Direitos Humanos, afinal, somos humanos e a política faz parte da nossa essência - ou, somos levados a desvendar um mistério, um enigma, dizer a verdade de alguém. Mas será que sempre foi assim? Será que sempre fomos humanos? E aqueles que não vivem na *polis*, na cidade? E aqueles que não fazem política como os europeus – herdeiros da cultura grega – e, portanto, não são civilizados? Esses são humanos? Foram essas perguntas que os colonizadores europeus debateram por quase um século ao invadirem o continente pindorâmico e se depararem com os milhares de povos que nele viviam. Esse impasse resultou no que ficou conhecido como a Controvérsia de Valladolid, em 1550, protagonizada por Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomeu de Las Casas (GUTIÉRREZ, 2014).

De um lado, Sepúlveda, apoiado em Aristóteles, defendia que os indígenas eram bárbaros, pois não tinham quem o mandassem, além de praticarem antropofagia, sacrifício humano, adultério e idolatria. Nesse sentido, os europeus teriam a autorização e perdão de seu Deus para violentar, subjugar, escravizar e/ou exterminar esses corpos em nome da paz, do restabelecimento da ordem divina.

Do outro lado do debate, Las Casas argumentava que sim, os indígenas eram bárbaros, mas uma espécie de barbárie negativa, de desconhecimento da fé cristã. Defendia, portanto, que não poderia haver pecado naqueles que desconheciam a verdadeira religião.

A saída para tamanho impasse, todos conhecemos, foi a catequização. Decidiu-se que os indígenas tinham sim uma alma, eram humanos, mas essa necessitava urgentemente conhecer os milagres do verdadeiro deus, adotar a sua moral e abandonar a sua cosmovisão. Precisavam ser civilizados. Sentença diferente foi dada aos negros: decidiu-se que eles não tinham alma, não eram humanos.

Nesse ponto, há uma modificação importante no conceito aristotélico de humanidade. Agora, não mais os que nascem na *polis* são reconhecidos exclusivamente como animais políticos. Pouco a pouco, a humanidade vai sendo oferecida como a natureza verdadeira de todas as pessoas. A dominação passa da violência e dominação explícitas, para uma interiorização. Todos podem aprender a ser humano, todos podem ser adestrados (BISPO DOS SANTOS, 2023), avaliados, hierarquizados e/ou violentados a partir de suas regras.

Sepúlveda, representante do cristianismo conquistador e violento, e Las Casas, representante do cristianismo pacífico e primitivo, unem forças para criar um dispositivo perfeito: uma rede que nos captura por dentro (FOUCAULT, 1999). Desse modo, não há mais a necessidade de exterminar o outro, uma vez que ele irá lhe obedecer, ou seja, aceitar voluntariamente sua servidão, por acreditar fazer parte do clube (KRENAK, 2020). Pouco mais de cem anos depois, Descartes, então, irá completar a interiorização desse Deus que produz um saber de forma universal, neutra e não situada (GROSFOGUEL, 2016) iniciada pelos jesuítas, garantindo fundamento e manutenção da expansão colonial até os dias atuais.

No entanto, nos inconscientes que protestam, há sempre um incômodo, um desconforto frente às cotidianas violências e massacres dos corpos; às promessas nunca cumpridas, às competições para saber quem é mais humano, dizendo de outro modo: quem possui a melhor formação, descendência, casa, religião, o melhor emprego, quem é o mais obediente. Quanto mais afastado da imagem do deus monoteísta estivermos, menos a nossa vida vale.

Por essas razões, Nêgo Bispo afirma que não é humano:

Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano. Todos somos cosmos, menos os humanos. Eu não sou humano, sou quilombola. Sou lavrador, pescador, sou um ente do cosmos. Os humanos são os eurocristãos monoteístas. Eles têm medo do cosmos. A cosmofobia é a grande doença da humanidade. (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 29)

Seu pensamento é como uma notícia, uma espécie de braço estendido que nos ajuda a sair de um poço que quer nos devorar. Uma porta que se abre em uma parede que impede que enxerguemos novas paisagens. Uma boia em meio a um mar revoltado que possibilita o respirar. Uma linha de fuga. Então nem sempre foi assim? Há possibilidade de criar novas relações, novos mundos? Onde os animais, as plantas e os rios são os nossos parentes? De construir habitações confortáveis para todos? De aceitar a queda da humanidade que pensávamos ser (KRENAK, 2019)?

4. CONCLUSÕES

Desnaturalizar o conceito de humanidade é enxergar as forças que nos querem humanos. As forças que nos oprimem, nos fazem competir por um único Deus, adestrar o outro, almejar entrar em um paraíso excludente. Se tivermos coragem e alegria para romper com o humanismo que nos cerca por todos os

lados - tanto pela direita, quanto pela esquerda -, talvez possamos pensar uma psicologia social que nos ajude a mapear, intervir e mesmo interromper as opressões que nos violentam.

Desumanizar é lutar contra o colonizador em nós, é tentar encontrar um buraco para fugir da rede que nos captura. Sair dessa rede, que em certa medida já conhecemos bem, pode dar medo. Precisamos de um pouco de proteção para nos abrigarmos do excesso de caos. Por isso criamos conceitos, funções, afectos e perceptos (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Mas, e se ao invés de redes que nos paralisam e aprisionam, pudéssemos utilizar paraquedas?

Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. (KRENAK, 2019, pp. 62-63)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

FOUCAULT, M. Introdução à vida não-fascista. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977. Prefácio, p. XI–XIV. Trad. Wanderson Flor do Nascimento.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, 31(1), 2016.

GUTIÉRREZ, J.L. A controvérsia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. **Revista USP**, 101, 223–235, 2014.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.